

Passando do “tema” da sinodalidade para a prática da sinodalidade



Por: Olga Consuelo Vélez

Vários cursos sobre sinodalidade estão sendo promovidos atualmente com a participação de “especialistas” no assunto. Todo treinamento é bem-vindo! Porque a ignorância definitivamente faz muito mal. No entanto, o maior desafio permanece: como passar da sinodalidade como tema para a experiência da sinodalidade, como transformar as estruturas para torná-la possível, como repensar todos os espaços eclesiais em que vivemos e começar a tomar medidas para torná-la uma realidade?

Posso pensar em algumas atitudes ou propostas que não são do mesmo nível, nem produziriam os mesmos efeitos, mas as relaciono sem tentar dar uma ordem de importância. Estou apenas dizendo o que penso com frequência e estou dizendo isso de acordo com o público.

Quando chegará o dia em que os bispos renunciarão ao título de eminências ou excelências, quando chegará o dia em que não haverá superiores de comunidades religiosas, mas coordenadores ou encarregados de alguma responsabilidade? Algumas comunidades fizeram essa mudança na maneira de nomear as pessoas em seu governo, mas em muitos ambientes essa maneira de rotular ainda existe.

As palavras criam a realidade e, psicologicamente, ser chamado de superior ou chamar os outros por

esse título não é algo sem influência. É claro que na sociedade civil existem hierarquias e títulos, necessários para distinguir quem faz o quê, com a consequência lógica de haver privilégios e honras de acordo com o título que se tem. Tomara que tudo isso mude um dia em nossas sociedades. Mas na Igreja, chamada a ser um sinal dos valores do Reino, quando ela levará a sério que sua forma de organização deve ser diferente daquela da sociedade, mostrando assim a igualdade fundamental de todas as pessoas, independentemente da responsabilidade que exercem? Isso seria um testemunho de sinodalidade.

Quando chegará o dia em que o *sensus fidei* ou senso de fé que cada membro da Igreja possui será levado em consideração, e os grupos, as comunidades e as paróquias serão organizadas de modo a garantir que todos os seus membros tenham a possibilidade de organizar, dirigir e decidir sobre as atividades que ocorrem nesses ambientes?

Quando os párocos se conscientizarão de que a paróquia pertence a todos os fiéis que a frequentam e que, portanto, não podem chegar com suas próprias ideias e projetos, mas que devem fazer uma construção coletiva com todos os fiéis para que possam ser verdadeiramente uma comunidade de fé?

As casas de formação para a vida religiosa ou sacerdotal mantêm a distância entre formadores e formandos e, embora tenha havido mudanças em alguns ambientes para maior participação e protagonismo dos jovens em formação, quando eles serão tratados como adultos e seus processos de formação serão planejados com eles?

Quando se buscará a paridade de gênero em todas as obras eclesiais, não só porque faltam homens para cobrir as responsabilidades existentes, mas também por que a discriminação contra as mulheres deve terminar com atos de justiça e a Igreja como comunidade inclusiva poderia dar um testemunho claro e inequívoco de inclusão?

Infelizmente, nessa questão da inclusão das mulheres, a Igreja parece ser uma retardatária, como tem sido em tantas outras questões. Ela está dando passos, mas quantos estão faltando!

Quando a formação teológica de tantos homens e mulheres leigos será reconhecido, valorizando seu conhecimento, que em muitos casos excede o do clero, e quando eles serão consultados nos círculos eclesiais? Isso implicaria que um pároco, por exemplo, se perguntasse quais dos leigos de sua jurisdição têm formação suficiente para saber com quem ele se relaciona e para estabelecer relações de paridade e não acreditar que ele é o único que sabe sobre assuntos religiosos.

Quando haverá espaços eclesiais onde os pobres ocupem o lugar privilegiado, onde estejam na vanguarda de nossas celebrações?

Quando romperemos a barreira entre o sagrado e o profano e entenderemos que, se não trabalharmos pela justiça social, não estaremos vivendo os valores do reino e, se vivermos esses valores, isso

necessariamente nos levará a cuidar para que em nossos contextos “ninguém passe necessidade”, como mostram os textos dos Atos dos Apóstolos que nos transmitem o ideal das comunidades cristãs de todos os tempos?

Quando o povo de Deus será consultado sobre todos os aspectos da Igreja e sua palavra será acolhida, respeitada e se buscarão formas de mostrar que, se o que é dito, pedido e recomendado é posto em prática? Quando as atitudes clericais não só do clero, mas também, em grande parte, dos leigos, serão revisadas a fundo?

Muitas outras realidades poderiam continuar a ser citadas, e cada pessoa deve pensar no que seria bom implementar em seu próprio contexto para começar a viver a sinodalidade e passar da teoria à prática.

A sinodalidade não é um tema, não é uma moda passageira, não é uma ideia que o Papa Francisco teve. Ela é constitutiva da Igreja, porque se a Igreja não for uma comunidade de iguais, uma comunidade onde todos se encaixam, uma comunidade onde todos têm voz e voto, não é a Igreja que Jesus queria.

E, como as mudanças quase sempre vêm de baixo para cima, além de sermos formados pelas ofertas sobre sinodalidade que existem hoje, pensemos, acima de tudo, em quais coisas, quais atitudes, quais palavras, quais organizações, quais estruturas, temos de mudar para que a sinodalidade comece a ser o modo de ser cristão. Olhar para nossa própria realidade e tentar transformá-la é o mais difícil, mas é a única maneira de começar a saborear a tão urgente e necessária “reforma” da Igreja.